

SEMIÓTICA

POSSÍVEIS CORRESPONDÊNCIAS EXPRESSIVAS ENTRE LATIM E PORTUGUÊS: REFLEXÕES NA ÁREA DA TRADUÇÃO

Alceu Dias LIMA¹

- RESUMO: Uma idéia de J. Brodsky sobre tradução, apoiada no conceito de unidade formulado por Hegel, em sua *Estética*, é aqui a ocasião para que se discuta mais detidamente a questão. Pretende-se, desse modo, tornar mais claros e encaminhar conceitos que parecem úteis no entendimento de textos em língua antiga e na passagem deles ao vernáculo. Serve de exemplo uma breve passagem em hexâmetros virgilianos, vertidos ao português mediante a utilização de quadras.
- PALAVRAS-CHAVE: Tradução; equivalência; unidade; hexâmetro; quadra.

Sem perder de vista “a origem lógica, o valor e o alcance das idéias”, em que se apóiam, estas notas visam também a fornecer subsídios aos que, em sala de aula, procuram não tanto instruir quanto favorecer a formação do espírito crítico em quem, por sua vez, se prepara tendo em vista o ensino na escola da cidadania, a fundamental e média. Aquela mesma que, entre nós, se estagna em crise idêntica à que afeta a vida da maioria dos cidadãos.

Isto posto, começo por deixar claro que, tratando-se das línguas antigas, é com pelo menos duas acepções da tradução que se há de trabalhar: 1) a que, considerada a enorme distância em que o tradutor moderno se encontra da vida quotidiana e coloquial do idioma do qual deve traduzir, o obriga ao trabalho, frase a frase, em que, por isso mesmo, o resultado da tarefa de traduzir não se distingue muito da análise ou descrição do sistema gramatical. A esta podemos chamar tradução de serviço, como fazem professores italianos. As exigências quanto a esse tipo de tradução não vão além dos conhecimentos subministrados pelos gramáticos e gramáticas da tradição e pelas outras obras de referência, no que concerne ao léxico, ou antes, às definições léxicas ali consagradas; 2) a que, segundo uma concepção moderna, se pode quem sabe designar por tradução discursivo/textual, ou tradução simplesmente; é aquela que assim se pode definir: “é a procura de um equivalente, e não de um substituto. Requer pelo menos uma afinidade estilística, quando não, psicológica” (BRODSKY, 1994, p.86). Estabelece-se, nesse conceito de tradução, como critério de verdade, o reconhecimento da unidade texto a ser traduzida nas suas determinações próprias de texto. Estas vão além, por exemplo, do simples aporuguesamento das frases do

¹ Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.

passo em língua antiga, postas em confronto com as do vernáculo moderno, numa espécie de simples troca de enunciado por enunciado, entre línguas, pouco importando se uma é antiga, e a outra, não. Com isso, não se cria um novo texto, *equivalente* ao original, o da língua de partida como propõe Brodsky, a meu ver, com acerto, mas uma espécie de substituto do mesmo, uma vez que, o sentido virtual apreendido continua por conta do original, do qual a dita tradução é apenas um sucedâneo, um *ersatz*, com insistência nas conotações pejorativas do termo.

Por concisa que seja a fórmula de J. Brodsky, ela representa muito mais do que uma simples intuição mais ou menos implícita, que dispense portanto mais detida e aprofundada reflexão. Só quem sentiu na própria pele os efeitos do descompasso entre o seco normativismo impresso no ensino gramatical da escola de humanidades, aquele, cujo modelo é o que convencionou chamar-se gramática latina, e a, apesar de tudo, inconfundível lição de humanidade dos escritos em línguas antigas, só os que possuem sensibilidade para enfrentar com êxito essa espécie de contradição permanente do ensino institucionalizado das Letras, estão aptos a serem os depositários fidedignos da mensagem viva do hexâmetro virgiliano, bem como, da palpante vibração da fraseologia no seu criativo suceder-se nos textos retoricamente bem formados a que o discurso de Cícero confere alma e movimento. A aludida sensibilidade não teria como fazer-se atuante sem o requisito da unidade. Aquela mesma que, no entender do filósofo, “para não perturbar em nada o reflexo vivo do real, não deve constituir mais do que o vínculo interior que une as partes umas às outras, delas fazendo um todo orgânico, mas sem nenhuma aparência de intenção” (HEGEL, 1944, p.34). Incide-se aí no risco sobrestante a toda definição. O de não perceber que elas próprias são formadas por denominações e que estas são passíveis, por sua vez, cada qual da sua própria definição, sem que venha, assim, a constituir-se, sobre base racional, o desejável pensamento teórico sólido, capaz de fornecer a consistência mínima ao tratamento do discurso metalingüístico sobre as criações da poesia. O que é preciso ter em mente é que o que faz a individualidade dos textos não é aquilo que neles corresponde à simples transmissão de idéias concebidas por abstração e confiadas ao suceder-se de proposições da linguagem verbal, graças ao que essas idéias têm de socialmente comunicável. Para tanto basta o conhecimento que, enquanto parte de um povo, cada um possui da língua materna, quer como bem comum da cultura, controlado já por volta dos três anos de vida, quer aquela que vai sendo propiciada pelo ensino na forma da gramática escolar ou até, para muitos, da descrição lingüística mais cientificamente elaborada. O mesmo não se pode dizer daquilo que, nesses textos, vale como expressão dos sentimentos pessoais. O tradutor será então, conforme o que é reclamado por Brodsky, aquele que é capaz de reproduzir, na língua de chegada, o que *sentiu* na língua de partida. Só assim se faz possível satisfazer, com o requisito da *unidade* do filósofo alemão, o de *equivalência* do poeta-russo. Será então necessário perceber que, no exercício efetivo da tradução, todos os requisitos constitutivos da

unidade de Hegel, incluindo-se o de que estes não pareçam intencionais, hão de formar o sistema virtual pressuposto a todo texto poético percebido como a instância de realização dessa outra espécie de sistema, assumida a palavra em acepção mais ampla do que aquela que o termo assume quando oposto a uso.

Não significa isso que todos devam dominar com igual rigor de aprofundamento e de formulação discursiva o conhecimento sistemático desse tipo de teoria. Sucede aí o mesmo que com a língua materna, a qual se fala e entende antes do saber escolar. A necessidade de reflexão metódica é, nesse caso, idêntica à dos outros domínios do saber e não se sobrepõe, por conseguinte, às demais formas do humano filosofar.

Não é difícil imaginar o que acontece quando a língua de chegada é uma daquelas que não gozam de grande prestígio, consideradas outras hierarquias em função dos valores materiais pelos quais os grupos humanos se regem em diferentes épocas e lugares. A necessidade de que um texto traduzido equivalha e não apenas substitua lingüisticamente outro, original, se avanteja quando a língua dos textos a traduzir fica limitada à recepção escrita, o que favorece o predomínio de códigos artificiais de expressividade tanto de retórica quanto de poética. Cabe aí o pensamento hegeliano, segundo o qual

Com a arte, entramos num terreno de todo diferente daquele da nossa vida ordinária, das nossas representações e atos religiosos e das nossas especulações científicas. No que concerne à expressão verbal, isso é tanto mais verdadeiro quanto a poesia se serve de uma linguagem que difere da de que nos servimos nas esferas que acabamos de mencionar. (HEGEL, 1944, p.58-9)

Diferir aí não significa que a poesia possua outro meio de expressão, salvo a linguagem verbal, a mesma que, no tocante ao sistema fonoló-gico, morfossintático e léxico, serve à expressão das generalidades da abstração científica, em si mesmas indiferentes à poesia. Nenhum dos procedimentos elabora-dos pelas poéticas é por si só garantia da existência do texto de poesia, de poema, do mesmo modo que a presença de figuras recebidas pela retórica em um discurso não garante que este seja uma boa peça oratória. Nem o próprio verso, objeto de tantos refinamentos tipológicos da parte dos que se ocuparam e ainda hoje escrevem sobre essa importante parte da poética, nem o verso escapa a essa espécie de insuficiência. Dele se pode dizer, de fato que não é ele, o verso, com sua regularidade rigorosamente medida que impõe suas regras à poesia e sim a poesia que impõe sua regra aos versos todos. Tanto é verdade que existem tratados de ciências em versos per-feitos em sua técnica, sem que semelhantes escritos escapem do seu prosaísmo científico, do mesmo modo que se encontram belos poemas em prosa. João Guimarães Rosa e José Saramago são, pouco importam os equívocos dos críticos a respeito da literatura deles, grandes poetas de prosa. A propósito, é à luz de considerações dessa natureza que se há de entender o que o próprio Rosa declara a respeito do que chama, sem maior apreço, poesia oficial. O escritor mineiro estaria mais tranqüilo quanto às suas convicções e à

sua profissão se se tivesse lembrado de que o filósofo há pouco citado deixou expresso também que a poesia “pode ... ser transposta de verso em prosa e receber assim tonalidades e sonoridades variadas” (HEGEL, 1944, p.13).

Como tratamos aqui da tradução partindo do latim dos antigos romanos, que o tiveram como língua materna, cuja grande poesia está vazada em versos de regularidade estrita, tomamos, para validar nossas concepções, alguns hexâmetros virgilianos representativos da poesia bucólica, quais sejam *Égloga VII*, 65-68:

*Fraxinus in siluis pulcherrima, pinus in hortis,
populus in fluuiis, abies in montibus altis:
saepius at si me, Lycida formose, reuisas,
fraxinus in siluis cedat tibi, pinus in hortis.*

Lidos pelo que o ensino da velha e boa gramática, à parte oportunas imputações de insuficiência quanto a fundamentação teórica, só hoje possíveis, o que nesses versos se pode sentir, já ao primeiro conspecto, é um quase se diria ostensivo predomínio da parataxe. Das sete proposições presentes na breve fala de Tírsis, as quatro primeiras se justapõem em franco desenrolar-se, secundado pelo impacto maior da proposição inicial. Esta, fora o procedimento normal à língua dos escritores de Roma de não dar corpo à cópula, é a única da seqüência que materializa em dados da fonologia todos os componentes morfossintáticos da matriz oracional recorrente em cada uma das quatro orações da frase. Dessa espécie de economia obtida com a aparente contração física dos meios significantes resulta, por contraste, maior força de impressão das idéias significadas na variação do léxico aí empregado. O andamento moderado impresso à frase é o que melhor quadra à atitude de serena contemplação da natureza, virgilianamente transmitida ao texto como resultado feliz, entre outras razões mais próprias do fazer poemático, da evocação nome a nome de alguns espécimens qualificados da vida vegetal. Essa espécie de chamada nominal dos seres é a ocasião para fazer valer, em intuito criativo, a contingência de que nomes em latim, dado o fato regular da flexão casual, deixam sempre a impressão de que são unidades em gozo de mais autonomia do que em, por exemplo, línguas românicas, tanto em sua indicação léxica, voltada ao universo não diretamente lingüístico do mundo natural e da cultura, quanto de valor (no sentido que Saussure confere ao termo), ou seja, em suas relações com outras palavras do texto. É assim que nomes substantivos em nominativo como *fraxinus*, *pinus*, *populus*, *abies*, não apenas indicam a espécie vegetal nomeada, mas de algum modo, a dinamizam por antecipação e desse modo reforçam a significação do predicado. Este, não sem razão, designado na tradição por predicativo ou predicado nominal, não teria como transmitir vida e movimentação ao discurso, nem pela cópula, de resto sem o peso da sua expressão fônica, conforme lembrado, nem pela atribuição predicativa, por mais que sobrecarregada do superlativo, nem mesmo do locativo, com sua relativa independência de construção. A calma contemplativa conseqüente às experiências, ou

às meras recordações que os sentidos registram no seu encontro com o mundo natural, repassando-as depois à simplicidade dos nomes e da frase nominal por obra do discurso poético, crispa-se um pouco na frase seguinte. Esta possui como conector discursivo um *at*, morfema ainda de coordenação sintática, mas signo lógico já de contrariedade semântica responsável aí pela passagem à agitação do mundo interior com suas necessidades e desejos. Crispação que se faz mais intensa, agora também no nível da sintaxe de subordinação, graças 1) a este *si* subordinador oracional, tanto quanto denotador léxico/semântico da dúvida, idéia logo a seguir reforçada pelo subjuntivo em *reuis-a-s*. Vale a ocorrência do modo subjuntivo pelo que tem em si de expressivo, uma vez que não é aí imposta necessariamente pelo regime do *si* e sim pela “hipótese contingente” que por si mesmo o subjuntivo exprime; 2) à instauração do confronto pessoal, sem que qualquer distinção se tenha que fazer entre as pessoas do sistema gramatical e as do discurso de 1ª pessoa; 3) à incidência de um vocativo, tanto mais expressiva quanto morfologicamente menos previsível, nesse estágio do latim. Nem o final em coda, empregado como um dos recursos da composição poética, pelo qual a última proposição retoma a figura sintática da justaposição, altera a nova ordem de coisas. De fato, se os demais elementos são retomadas dos iniciais, o núcleo das proposições se faz não mais pela simples cópula, mas por um inamistoso *cedat tibi*, que relega a segundo plano a paz campestre de início esboçada, se é que não a contradiz.

Essa aproximação lingüística de versos de Virgílio, isto é, feita a partir da descrição tão rigorosa quanto possível da língua materna do autor falante nativo, por mais que contrapontada por considerações de que costumam ocupar-se professores de literatura, parece ser a que melhor convém ao conhecimento de autores latinos de modo geral e merece, portanto, um tratamento sistemático por parte do ensino regular de línguas e culturas antigas, que contemplem pelo menos pontos como os a seguir elencados, já com algumas indicações quanto a suas possíveis correspondências com outros tantos, assemelhados, de um idioma românico como o português. O critério seguido em tais confrontações é sempre, insiste-se, o da expressividade dos sistemas verbais, quaisquer que eles sejam:

1. Em latim, não existe meio de que o usuário possa servir-se para se referir aos nomes apenas enquanto entidades virtuais de indicação de conceitos, como se faz em português e em românico de modo geral. *Freixo* é a forma pela qual esse nome entra no dicionário tanto quanto é aquela pela qual é ele o sujeito, o aposto, o predicativo, o objeto, o regime da preposição em qualquer das funções adverbiais e adnominais que assuma. *Fraxinus*, ao invés, a despeito do que pensem dicionaristas, só pode ser, a rigor, o sujeito, de vez que, para as outras funções, haverá outras formas. Nenhuma estranheza, pois, se nessa língua o nome goza de grande mobilidade em relação aos outros termos da oração em que está, o que pode servir aos propósitos de expressividade discursiva, sem que por isso se venha a constituir, vez por vez, uma nova “figura de estilo”. Não atentando para esse fato e tomando cada realização ou forma como se

fosse ainda apenas o nome enquanto indicação de conceito e não já uma realização parcial dele na oração, logo, no discurso, o ensino passa aos aprendizes idéia bastante distorcida do latim como língua das inversões, senão for do próprio caos. Caos a ser ordenado, graças a interferências inapercebidas da língua materna do tradutor. É essa a conseqüência mais drasticamente desastrosa de não se ter querido entender em seu devido alcance lingüístico e metodológico aquele luminoso princípio assim expresso: “As línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar” (JAKOBSON, 1969, p.69). Razão por que o mérito de uma tradução não se encontra nunca no aproveitamento que fizer das transferências autorizadas entre dois sistemas. Está, isto sim, na sensibilidade com que trate as preferências do uso no convívio, nem sempre pacífico, com seu sistema.

2. Talvez, como uma conseqüência a mais da limitação que acaba de apontar-se, não tenha o usuário sentido a utilidade para os nomes de um sistema como o latino de um conjunto regular de morfemas destinados à determinação da extensão dos nomes de espécie múltipla. Se, por conseguinte, ao traduzir do latim para línguas cujo sistema disponha, ao invés, de semelhante aparato de morfemas nominais chamados artigo, algum problema se interpuser, este dirá respeito tão só à expressão nesse sistema de chegada. É o que ocorre quando alguém que se põe a traduzir, por exemplo,

Fraxinus in siluis pulcherrima, hesita entre

**Freixo nas selvas é muito bonito,
Um freixo nas selvas é (algo) belíssimo,
O freixo é, nas selvas, o mais bonito.**

A relutância corre aí por conta da acepção em que se tome o texto, de que o passo é uma parte. Fica, pois, na dependência de conhecimentos que ou são os da língua de quem traduz, ou nem mesmo são lingüísticos, indo, portanto, além do que preceitua a frase latina, imperturbável na clara consciência da eficácia dos seus sóbrios, mas elegantes meios, e da formidável folha de serviços prestados à causa da retórica e da poesia;

3. Vê-se, assim, que o assunto, não importa muito que o chamemos correspondências ou por outro nome, é amplo e variado em suas manifestações. Mais do que isso, ele tende a criar corpo, desde que focado segundo a única lei invariável da linguagem, a do valor expressivo dos seus signos. Não é preciso mais do que o pequeno texto de Virgílio para que o leitor e futuro tradutor venha ainda a defrontar-se, de saída, com essa espécie de inversão limitada a uns poucos, mas bem escolhidos exemplos do léxico e certamente consentida das marcas do gênero gramatical. Por essa inversão, o sufixo *-o*, que, para uma grande quantidade de nomes (substantivos e adjetivos) é o significante regular do masculino e do neutro, por oposição ao *-a*, que é, por sua vez, expressão do feminino, muda de lado aí no texto, para acomodar-se, ao invés, ao feminino no substantivo, mas não no adjetivo. Este continua regularmente sujeito à

repartição mais geral dos gêneros, ficando a referida inversão como uma espécie de peculiaridade do uso, depois acolhida pelo sistema e, portanto, a ser tratada na devida conta, mesmo que o português não lhe possa dar resposta no mesmo tom. Algo parecido ao que sucede com esse quase solitário vocativo em *-e*, ainda mais restrito, arcaizante e “decadente”, que o português tem que tratar pela lei geral, de resto comum ao latim pelo que toca à esmagadora maioria das ocorrências, da solução suprasegmental. Melhor papel está reservado ao continuador românico do latim na Ibéria ocidental diante do *-issimo-* de superlativo, ambivalente na língua mãe, uma vez que exprime, com essa única forma, o relativo e o absoluto, ao passo que o português se deu ao luxo de cunhar mais uma, com o que oferece ao usuário melhores condições de univocidade. Criativo e personalista mostra-se ainda o português na expressão da qualidade no que se refere a nomes de lugar, em que ao latim basta a adjetivação simples confiada, sem dúvida, na força autocorretiva da reiteração obrigatória das desinências indicadoras de gênero, número e caso, ao passo que o português preferiu em tais ocorrências substantivar a qualidade, relativizar a ela o nome mediante preposição e assim especificar a informação, localizando com mais precisão o ponto da incidência: *in altis montibus* no latim, *no alto dos montes*, em português.

Um esforço aqui está sendo o de aliviar, com pequenas alegorias, o tratamento dessa matéria, que se tem constituído, ao contrário, no objeto de

um remanescente temor reverencial dispensado aos grandes valores, dos quais se fala, porém, como se fossem entidades estáticas, superiores a qualquer discussão, de todo abstratas e fora de época, a serem afirmadas, não vividas, não fator de educação. (COVA, 1982, p.25)

Se for esse o melhor caminho, isto é, se por critérios de estrita racionalidade, dentre os quais não se excluirá sequer alguma dose de humor, a dívida desse setor dos estudos universitários é com os cidadãos e a sua história — no nosso caso, a da democracia —, então, o próximo passo será perguntar:

1) fora o veredito da escola, com suas exigências normativas da construção frasal, acima de quaisquer outras, qual é, para a leitura do poeta romano, o alcance de uma prosa como:

O freixo nas selvas é o mais belo, o pinheiro, nos jardins,
o choupo, nos regatos, o abeto, nos altos montes;
mais amiúde, porém, formoso Lícidas, se me visitares,
que o freixo nas selvas te ceda o passo, o pinheiro, nos jardins.

2) a circunstância, em aparência, óbvia, de que, apesar de literal, a versão vernácula ocupa maior espaço da folha, não parece confirmar o velho preconceito, segundo o qual o latim é uma língua, para dizer pouco, mais sintética, logo, mais expressiva do que o português?

3) não seria plausível pensar que a simples superposição dos sistemas, no tocante à organização frasal externa, isto é, sem uma reflexão mais atenta também sobre o *uso* que cada sistema consagra dos seus recursos morfossintáticos, acaba por faltar a pretendida tradução? Aliás, sistemas lingüísticos são mesmo comparáveis? A resposta não será efetiva sem que estudos contrastivos – os que, na recepção dos textos, em especial dos textos com ênfase na expressão de sentimentos, ensejam atentar para as correspondências, tanto quanto para as discrepâncias, entre os sistemas em jogo na tradução – feitos objeto da atenção que há muito merecem. O foco nas diferenças entre sistemas, sobretudo em suas limitações, é a condição para que, na passagem de uma língua a outra, soluções discursivas tentadas não venham a ser um percalço na busca da preconizada equivalência.

4) por que será que a *justaposição* das quatro primeiras orações, cobrindo os dois hexâmetros iniciais da fala, parece mais repetitiva em português, ou seja, na prosa, do que em latim? Não será porque efeitos sonoros inerentes à linguagem poética do verso se tornam supérfluos, excessivos, prejudiciais, em suma, na prosa? Mais ou menos segundo o princípio, que acreditamos deve ser firmado, de que recursos válidos para o verso não o são para a prosa. Que recursos são esses cabe à Poética dizer. Como quer que seja, o princípio *deve* ser aí o de que, sendo o verso essencialmente lúdico, admite ele, pela sua natureza intrínseca, tratamento sonoro que, na prosa, teria o efeito de sobrecarga. Não se conclua daí que poesia em verso não possa ser traduzida em prosa. Apenas, que a boa prosa possui leis próprias quanto a sonoridade e ritmo, leis que não são as do verso. Mas não foi sobre Poética que versaram estas notas. Apenas para que não se alimentem dúvidas demais quanto ao encaminhamento da matéria, antecipa-se aqui tradução poetizada dos quatro hexâmetros de Virgílio em que estas considerações foram apoiadas.

Antes, porém, uma advertência. A pretendida exemplificação pode ficar prejudicada pela exigüidade da passagem aleatória tomada como forma de ilustrar a matéria: quatro versos de um poema que, com os seus setenta hexâmetros, é parte de uma obra constituída de dez peças a ela similares, tantas quantas são as que formam o seminal livrinho das *Églogas* virgilianas. A objeção procederia se estivessem em causa considerações tais como a temática, outras preferências em honra no arcadismo de inspiração teocriteana e mais outras, próprias de movimentos vanguardistas, em suas pretensões revolucionárias. Tratando-se do mantuano, não são considerações de época, com as quais não resta a menor dúvida de que ele está comprometido, e sim as que ilustram o comprometimento maior dele com Roma, com seu idioma e com o povo que teve por língua materna esse idioma. A esse título, todo verso de Virgílio é padrão, pois submetido quer a procedimentos técnicos de análise, quer a questões de tradutibilidade, quer ainda a exigências teóricas ou expressivas em sentido amplo, oferece ele, o verso virgiliano, sólido alicerce à fruição estética mais exigente e específica da poesia, tanto quanto da reflexão que ela suscita.

Mais complicada parece ficar a escolha da trova, posta sob suspeição pelo elitismo da escola por ser de uso popular, para que equivalha aí ao prolapado requinte do hexâmetro latino. A preferência é, neste caso, consciente e deve-se à afinidade pressentida da metrificacão latina de base hexamétrica com a expressão dos sentimentos por parte daqueles que tiveram o latim como fala nativa. Tanto quanto a trova ou quadrinha, ainda que sem o mesmo toque de aristocracia, o é da língua portuguesa. Em ambos os casos, é possível pôr-se em sintonia com a insubstituível adequação entre a língua e a manifestação das pulsações vitais. Trate-se da formulação das idéias mais cruciais ou da exteriorização das emoções mais fundamente acalentadas. Não há, pois, qualquer comprometimento da verdade, quando, em nome das convicções democráticas, alguém se sente à vontade para deparar Virgílio na simplicidade da estrofe em setissílabos. Talvez nem seja preciso invocar o claro testemunho de Fernando Pessoa, bastando lembrar que, mais do que a realidade numérica das sílabas e acentos no verso, conta aí a harmonia no modo de encontro dos fonemas e vocábulos em cada linha, além da felicidade com que vogais e consoantes nelas se sucedem, se casam e se enriquecem, sempre em benefício da língua. Esta vê assim reconhecidos os recursos de que dispõe e com que potência pode fazê-lo.

O relevo com que são tratados, nesta exposição, os significantes do português pelo papel que, graças à sonoridade deles, assumem na poética dessa língua novilatina é a oportunidade para que se volte ao latim da Roma antiga. Mas não será sem constrangimento que isso se há de fazer. Com efeito, é só por uma honesta confissão de incompetência que o assunto pode ser posto em tela. É de fato desconfortável ter de contentar-se com uma descrição de tipo metalingüístico, quando o que está em causa são dados que, na língua dos romanos antigos, eram atestados empiricamente por sons distintamente articulados e captados pelo ouvido na vida quotidiana das pessoas. Só que esse dado tão indiscutível da língua não alcançou representação gráfica na escrita dos romanos. A lição que desse tipo de constatação pode ser tirada, constatação mais óbvia do que a perigosa ingenuidade de muitos leva a crer, é, aproximadamente, a seguinte: não é com a leitura em voz alta de versos latinos, mesmo por parte de incautos professores; não é só pela imposição mecânica de regras, aquelas que levam a reconhecer versos pela contagem externa, ainda que regular, de pés e de tempos na linha impressa; não é pela sobreposição na página das unidades assim levantadas e reconhecidas como versos; não é, em suma, por qualquer desses expedientes externos que se há de concluir, mais do que pela existência de versos latinos, pela da forte contribuição deles à literatura de Roma. A força institucional dessa contribuição só se fará efetiva quando a leitura dos versos der o mesmo resultado, em matéria de emoção, que a leitura dos textos. Aquela que não pode dispensar o conhecimento pleno da língua nem o da cultura que ela ajudou a formar.

O mérito, (tendente, ainda, como não podia deixar de ser, mais à argumentação do que à busca do exemplo) que para essa despreziosa tradução ao português se

reivindica é o de que, agenciada sobre princípios poéticos que são os desse idioma, não endosse ela o despautério de testemunhar contra seu poder de expressão:

Tão lindo é, na selva, o freixo
quanto, no parque, o pinheiro;
tão lindo é o choupo na fonte
quanto o abeto, no monte.

Mas, Lícidas belo, estejas
muitas vezes junto a mim
e eu deixo, na mata, o freixo,
o pinheiro, em seu jardim.

LIMA, A. D. Possible expressive matches between Latin and Portuguese: reflections on the translation field. **Itinerários**, Araraquara, n. especial, p. 13-22, 2003.

- *ABSTRACT: One of J. Brodsky's ideas about translation, based on the concept of unity as proposed by Hegel in his Esthétique, offers the opportunity to discuss this issue closely in this paper. The aim here is to develop and make some concepts clearer, once they are useful for the understanding of texts written in classical languages and for their translation into the vernacular. A short excerpt from Virgil's hexameters translated into Portuguese in quatrains has been used by way of illustration.*
- *KEYWORDS: Translation; equivalence; unity; hexameter; quatrain.*

Referências

- BRODSKY, J. **Menos que Um**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- COVA, P.V. **Latino e didattica della continuità**. Foggia: La Scuola, 1982.
- HEGEL, G.W.F. **Esthétique**. Paris: Mouton, 1944.
- JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

